

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA PARAÍBA: ANÁLISE DE SATISFAÇÃO

Fabiana Donato Soares Lisboa¹ & Elson da Silva Santos² & Gabriela Gomes Ramos³ & Laudízio da Silva Diniz⁴

Resumo – A situação do saneamento básico no Brasil é dramática, mas tem melhorado significativamente nas últimas décadas. Em tempos, há reconhecimento que sanear as áreas urbanas é meta do Governo Federal, pois traz benefício ao desenvolvimento social e melhora a qualidade de vida da população. Para isso, criaram-se planos nacionais, em um contexto de centralizar as decisões políticas e limitações para o setor, esses planos proporcionaram um significativo aumento no atendimento à população por abastecimento de água e esgotamento sanitário e prevê instrumentos legais para regulamentação. Ainda não são totalmente satisfatórias as condições de coleta e distribuição nos municípios do estado da Paraíba, com bases nestes dados o estudo realizado apresenta uma análise de um dos aspectos do setor de saneamento, o qual se encontra na interface entre diversas políticas públicas de grande repercussão social, tais como meio ambiente, saúde e desenvolvimento urbano. A análise realizada evidenciou um desconforto na questão do saneamento em relação à realidade dos municípios, muita reclamação por parte dos usuários, conforme levantamentos efetuados por meio de pesquisas amostrais junto às prefeituras municipais do estado da Paraíba. Entre as reclamações mais frequentes, destacam-se a demora nas reposições de pavimentações quando da realização de serviços em vias públicas.

Palavras-Chave – Saneamento básico; Serviço público.

DESCRIPTION OF SANITATION SECTOR OF THE STATE OF PARAÍBA: ANALYSIS OF SATISFACTION

Abstract – The situation of sanitation in Brazil is dramatic, but has improved significantly in recent decades. At times, there is recognition that clean up urban areas is the goal of the Federal Government, as it brings benefit to social development and improved quality of life. For this, they have created national plans, in a context of centralizing policy decisions and constraints for the sector, these plans have provided a significant increase in attendance by the public water supply, sewage and provides legal instruments to regulate. Are not yet fully satisfactory conditions for collection and distribution municipalities in the state of Paraíba, on the basis of these data the study presents an analysis of one aspect of the sanitation sector, which lies at the interface between different policies widely publicized social, such as the environment, health and urban development.

¹ Engenheira Ambiental, Esp. Em Engenharia de Segurança do Trabalho, UNPB, fdslisboa@gmail.com

² Engenheiro Ambiental e Técnico do Laboratório de Saneamento da UFPB – e-mail: elsonsspb@bol.com.br

³ Estudante de Graduação em Engenharia Florestal, UFCG, gabizinha_912@hotmail.com.

⁴ Engenheiro Civil, Dr. Em Recursos Hídricos, CAGEPA, laudizio@terra.com.br

The analysis showed discomfort on the issue of sanitation in relation to the reality of the municipalities, many complaints from users, as surveys conducted through sample surveys along the municipalities of the state of Paraíba. Among the most frequent complaints, highlight the delay in replacement of pavements when performing services on public roads.

Word-key –Basic sanitation; Public service.

INTRODUÇÃO

Segundo a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (2006), saneamento básico é o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquido e gasoso, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural. A importância do saneamento e sua associação à saúde humana remontam das mais antigas culturas. O saneamento desenvolveu-se de acordo com a evolução das diversas civilizações, ora retrocedendo com a queda das mesmas, ora renascendo com o aparecimento de outras. Os poucos meios de comunicação do passado podem ser responsabilizados, em grande parte, pela descontinuidade da evolução dos processos de saneamento e retrocessos havidos. (FUNASA, 2006) A degradação ambiental acontece de diversas maneiras. A água serve como transporte para dejetos e rejeitos, o ar pela emissão de gases nocivos, o solo pela disposição de resíduos urbanos e industriais. As ações de saneamento têm como objetivo principal assegurar um meio ambiente favorável à vida humana e de outros seres vivos, contanto que haja um controle da poluição.

O Brasil vive um momento único para o saneamento básico. O tema ganha cada dia, maior destaque pelo impacto na qualidade de vida, na saúde, na educação, no trabalho e no ambiente. Por outro lado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) responde por investimentos robustos, ao mesmo tempo em que se esforça a necessidade do planejamento para aperfeiçoar os instrumentos da ação articulada do governo federal com estados, Distrito Federal e municípios e os diversos agentes que atuam no saneamento na busca da universalização. É o que determina a Lei Nacional do Saneamento (Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007) quando, dentre outras definições, prevê o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLAN SAB. Simultaneamente, o País é signatário dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas, sendo uma de suas metas até o ano de 2015, a redução pela metade da proporção de pessoas sem acesso ao

abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, tendo por base o ano de 1990, assim como participa das mobilizações do Ano Internacional do Saneamento. O saneamento básico envolve a atuação de múltiplos agentes numa ampla rede institucional e estar marcada por um grande déficit no acesso, em termos de parcelas expressivas da sociedade e, principalmente, da população de baixa renda.

A Lei 11.445/2007 reservou à União o papel de estabelecer e implementar a política federal de saneamento básico, com base em um conjunto de princípios, de natureza social, distributiva, econômica, administrativa, sanitária, ambiental e tecnológica (art. 28). Tendo por referência os princípios de estabelecer os objetivos da política Federal de Saneamento Básico (art. 49), definir critérios para alocação de recursos públicos federais (art. 50) e define as bases do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) (art. 52, inciso I) e os planos regionais de Saneamento Básico, em regiões integradas de desenvolvimento econômico e naquelas em que haja a participação de órgão federal na prestação de serviços (art. 52, inciso II)

O conselho das cidades, por meio da Resolução nº. 33/2007 estabeleceu prazos e instituiu um Grupo de Acompanhamento a fim de contribuir na elaboração do PLANSAB. O Ministro das Cidades, por meio da Portaria nº. 462 de 24 de setembro de 2008 constituíram um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano, composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Integração Nacional e todas as secretarias do Ministério das Cidades, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. O Governo Federal, por meio do GTI, e o conselho das Cidades entendem que deve preceder à elaboração do PLANSAB, a construção de um pacto com eixos e diretrizes. A premissa fundamental deste pacto é o desenvolvimento e a participação, dos três níveis de governo – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – quanto da sociedade – empresários, trabalhadores, movimento social, ONGs e pesquisadores – para o êxito do PLANSAB. Todos devem se reconhecer como protagonistas no planejamento e no esforço pela universalização conforme as metas e objetivos, visando a qualidade de vida e a inclusão social por meio da universalização do Saneamento Básico. O PLANSAB deverá buscar o desenvolvimento de mecanismos de gestão dos serviços e incentivar o desenvolvimento de modelos alternativos de gestão que permitam alcançar níveis crescentes de eficiência e eficácia e a sustentabilidade social, ambiental, econômica e financeira do Saneamento Básico, com vistas ao alcance das metas de universalização.

O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS foi instituído em 1995 no âmbito do Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) pela Secretaria de Política Urbana (SEPURB) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Esse Programa é executado com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A partir de janeiro de 1999, o PMSS passou a ser vinculado à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, da Presidência da República. A implementação do SNIS subsidia a formulação e execução da política de saneamento. De abrangência nacional, apoia-se em um Banco de Dados administrado na esfera federal, que deve integrar-se a uma rede descentralizada e articulada entre os três níveis de governo e com outras bases de dados. O Banco de Dados é composto de informações de caráter operacional, financeiro e gerencial, fornecidas pelos prestadores de serviços. O SNIS é um instrumento essencial para a formulação e a execução da política nacional de saneamento, servindo inclusive para orientar o processo de transformação por que passa o setor. A sua importância como principal fonte de informação sobre o setor é evidente, tal como demonstra o uso que dele têm feito diferentes agentes envolvidos com a prestação dos serviços de água e esgotos, que sejam os próprios prestadores dos serviços e suas organizações corporativas, que sejam os órgãos de governo, as instituições financeiras e os agentes privados interessados em participar da atividade, além das instituições de ensino e pesquisa.

Para retratar a evolução da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelos 27 integrantes do subconjunto de entidades de âmbito regional, a Tabela 1, dá uma visão geral do crescimento do atendimento pelos serviços de água e esgotos no período de 1995 à 2008 em todo o país. Observa-se que, em pouco mais de uma década o número de ligações de água duplicou e o de esgoto triplicou, havendo um grande crescimento no sistema de saneamento básico.

Informações	Unida	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ligação ativa de água	Milhões	18,1	19,0	19,5	20,2	21,2	23,4	27,5	28,9	30,0	31,1	32,4	34,1	35,7	37,0
Extensão de rede de água	Mil Km	227,0	235,3	243,9	248,3	261,8	264,2	341,5	362,8	375,1	394,2	409,2	443,1	458,2	471,3
Ligação ativa de esgoto	Milhões	5,7	6,0	6,5	6,9	7,7	8,2	12,0	12,6	13,1	13,9	14,8	15,8	16,8	17,7
Extensão de rede de esgoto	Mil Km	60,7	62,5	67,7	70,8	77,3	79,5	124,5	134,1	140,6	148,2	158,4	171,2	184,3	192,1

Tabela 1 – Crescimento dos Sistemas e do Atendimento nos serviços de água e esgotos no País

Fonte: SNIS, 1995 à 2008.

De acordo com o SNIS, são fornecidos dados por prestadores de serviços de abastecimentos de água e de esgotamento sanitário atuantes em todos os estados e no Distrito Federal. Na amostra

dos prestadores de serviços são coletadas as informações referentes e intrínsecas às entidades que prestam os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos municípios dos estados no Nordeste. Apesar de avanços verificados na regulamentação do setor, a Tabela 2 mostra que os desafios do saneamento básico ainda são enormes na região do Nordeste, em especial no que diz respeito aos serviços de esgotamento sanitário. O acesso ao abastecimento de água atinge patamares mais elevados e muitos estados já conseguiram garantir a universalização desse serviço. Assim, enquanto o índice de atendimento da população no abastecimento de água atingiu 96,3% em 2008, o atendimento na coleta de esgoto foi apenas 57,9%. É importante notar que nem todo esgoto coletado tem o devido tratamento.

Estados	Água				Esgoto			
	Quantidade de Municípios	Percentual alcançado (%)	População urbana (hab.)	Percentual alcançado (%)	Quantidade de Municípios	Percentual alcançado (%)	População urbana (hab.)	Percentual alcançado (%)
Alagoas	90	88,2	2.089.513	95,7	5	4,9	989.378	45,3
Bahia	377	90,4	9.709.001	97,3	68	16,3	6.760.641	67,8
Ceará	170	92,4	5.935.515	98,0	62	33,7	4.787.948	46,0
Maranhão	153	70,5	3.340.373	88,9	5	2,3	1.299.392	34,6
Paraíba	180	80,7	2.549.021	94,9	16	7,2	1.584.892	59,0
Pernambuco	177	95,7	6.648.722	98,8	21	11,4	4.298.712	63,9
Piauí	156	70,0	1.847.575	95,0	4	1,8	824.642	42,4
Rio Grande do Norte	158	94,6	2.280.229	98,3	43	25,7	1.673.313	72,1
Sergipe	75	100,0	1.402.921	100,0	5	6,7	794.573	56,6

Tabela 2 – Distribuição de quantidade de municípios e respectivas populações, segundo os estados da região Nordeste do Brasil.

Fonte: SNIS, 2008.

METODOLOGIA

A investigação da pesquisa foi operacionalizada por meio de documentos obtidos em visita aos órgãos públicos municipais e estaduais, levantamento de informações junto às prefeituras municipais do estado com pesquisa aplicada documental a respeito do tema a ser investigado. Para se alcançar os dados que serviram de base nessa pesquisa, optou-se pelo questionário de caracterização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário como instrumento. A pesquisa foi realizada com levantamento de dados sobre o setor de saneamento básico nos municípios do Estado da Paraíba, através do questionário, onde dos 223 municípios, foram pegos uma amostragem de aproximadamente 10%, 20 municípios.

RESULTADOS

A história do abastecimento público na Paraíba se confunde com o início da colonização portuguesa no Estado. Uma série de fatos se sucedeu até 26 de julho de 1972, quando as companhias de Saneamento da Capital (SANECAP) e de Saneamento de Campina Grande (SANESA) foram incorporadas à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA). Dessa união, surgiu a CAGEPA, nos moldes mantidos até hoje. O primeiro projeto para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário, na Paraíba, aconteceu em 26 de junho de 1922, quando foi autorizado empréstimo para a construção de uma rede de esgotos em João Pessoa. Outras experiências de implantação de sistemas de abastecimento foram implementadas em vários municípios paraibanos, embaladas pela criação das comissões municipais de abastecimento. A SANESA foi criada em 4 de novembro de 1955. Onze anos depois, em 1966, foi constituída, no dia 30 de dezembro, a SANECAP e a CAGEPA, que tinha abrangência estadual. As três empresas funcionaram paralelamente até 1972, quando houve a unificação de todas as companhias, que passaram a funcionar como Cagepa. Desde então, praticamente todas as cidades paraibanas passaram a ser atendidas pela companhia. Hoje, o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário atende a 846.380 e 190.775 ligações, respectivamente, e apenas 21 municípios, são atendidos por sistema de esgoto pela companhia em todo o território Paraibano. A pesquisa realizada mostra o déficit no setor de saneamento básico no Estado, onde os dados fornecidos pela Cagepa sobre a quantidade de municípios beneficiados com este serviço é pequeno, permitindo que outros municípios do Estado não tivessem acesso aos serviços básicos. Os índices de atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Paraíba estão ainda distantes da universalização pretendida e necessária. Em que pesem os incrementos verificados na oferta dos serviços nas últimas décadas, persiste uma demanda não atendida, especialmente nos extratos sociais de mais baixa renda, nos menores municípios, nas pequenas localidades e na área rural. O índice estadual de atendimento pelos serviços de abastecimento de água alcança 94%, são mais favoráveis, considerando apenas população urbana e no que diz respeito à coleta de esgoto, o quadro é precário mesmo na área urbana, pois apenas 61% da população é atendida. Dessa forma, existem ainda no estado, municípios não atendidos por redes de abastecimento de água, e não estão ligados às redes coletoras de esgotos como mostra os Gráficos 1 e 2, representados abaixo.

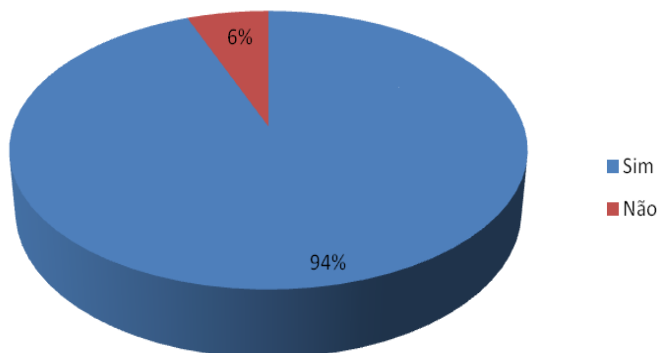


Figura 01 – Abastecimento de água
 Fonte: LISBOA, 2010.

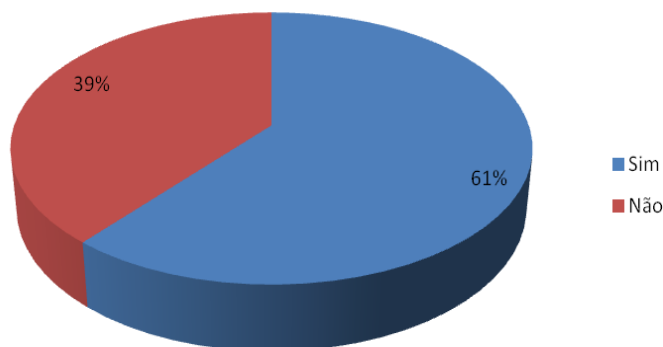


FIGURA 02 – Rede coletora de esgoto
 Fonte: LISBOA, 2010.

Esses dados indicam que o investimento realizado na expansão da rede geral de abastecimento de água não ocorreu na mesma proporção que nos demais estados do Nordeste, que apresentaram melhores resultados. Os municípios que não contam com rede distribuidora de água utilizam, como alternativa, chafarizes e fontes, poços particulares e abastecimento por caminhões-pipas, bem como uso direto de cursos d'água. Entre os serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que tem menor presença nos municípios paraibanos. No que diz respeito à satisfação dos serviços prestados pela concessionária, conforme se observa no Gráfico 3, cerca de 50% dos municípios estão insatisfeitos na distribuição dos serviços, que é feita de forma irregular, ao se analisar a satisfação dos serviços de abastecimento de água, as constantes reclamações levantados são a respeito da irregularidade de água, qualidade da água inferior, cobrança indevida de taxa, ou simplesmente sobre os buracos deixados abertos após um serviço realizado nas ruas. A prestação adequada dos serviços deve ser oferecida à população com regularidade, continuidade, eficiência,

qualidade, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, e modicidade nos custos, onde isso não acontece.

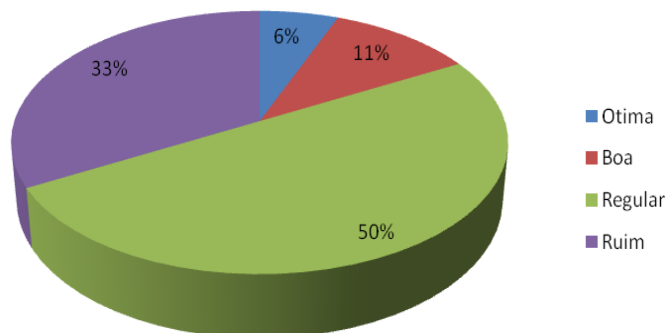


Figura 03 – Satisfação dos municípios quanto a prestação dos serviços prestados pela concessionária.
Fonte: LISBOA, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, conclui-se que, a situação do saneamento básico dos municípios ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir uma condição satisfatória e o Estado dê-se conta de suas carências na infraestrutura de saneamento. Cumpridas as exigências, espera-se melhorar a qualidade dos contratos de concessão para a prestação de serviços de água e esgoto nos municípios paraibanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AESBE – Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais. Memorial Técnico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dezembro, 2005.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 4 ed. Rev. Brasília, 2006. BRASIL. Ministério Das Cidades. Compromisso pelo Meio Ambiente e Saneamento Básico. Brasília, 2009.
- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA – CAGEPA. Documentos, 2010.
- FREIRE, Jose Avetar. Alagoa Grande: Sua História de 1625 à 2000. 2ª edição. João Pessoa, A União Editora, 2002.